

## Uma análise das relações internacionais do partido dos trabalhadores durante a década de 1980 e sua influência na campanha presidencial de 1989

*An analysis of the international relations  
of the workers' party during the 1980's  
and its influence on the 1989 presidential campaign*

**Nicholas Souza Manhães**

Estudante de História na UFF

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de construção das relações internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) durante a década de 1980, com a intenção de compreender a influência de tais relações nas propostas de política externa defendidas pelo partido na campanha presidencial de 1989, que tinham como centralidade a construção de uma autonomia relativa para os países latino-americanos em relação aos países hegemônicos na geopolítica mundial. Para tal fim, serão analisados o contexto histórico de fundação do partido, as resoluções dos encontros e congressos nacionais realizados durante a décadas de 1980, bem como bibliografia especializada no tema. Além disso, será analisado o plano de governo defendido pelo PT durante a campanha presidencial de 1989. Como observado, as pautas centrais expostas pelo PT nas propostas de política externa em seu plano de governo durante a campanha presidencial de 1989 ressaltam a defesa da autodeterminação dos povos, o repúdio às investidas imperialistas por parte dos centros hegemônicos e a construção de um processo de integração regional entre as nações latino-americanas.

**Palavras-chave:** Partido dos Trabalhadores. Relações Internacionais. Política Externa.

**Abstract:** The present article aims to analyze the construction process of the international relations of the Workers' Party during the 1980's, with the intention of understanding the influence of such relations on the foreign policy proposals defended by the party in the 1989 presidential campaign, witch centrality was the construction of a relative autonomy for Latin American countries in relation to the hegemonic countries in world geopolitics. To this end, the historical context of the party's foundation, the resolutions of meetings and national congresses held during the 1980's, as well as specialized bibliography on the subject will be analyzed. In addition, the government plan defended by the party during the 1989 presidential campaign will also be analyzed. As noted, the central guidelines set out by the Workers Party in the foreign policy proposals in its government plan during the 1989 presidential campaign emphasize the defense of peoples' self-determination, the repudiation of imperialist onslaughts by the hegemonic centers and the construction of a process of regional integration among Latin American nations.

**Keywords:** Workers' Party. International Relations. Foreign Policy.



## 1 Introdução

O desenvolvimento acentuado do sistema capitalista e a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como potência político-econômica central no cenário mundial ocasionou diversas mudanças nas relações com os países periféricos, em especial os da América Latina. As nações latino-americanas representavam uma importância estratégica para a política externa norte-americana, tornando-as prioridade para as investidas imperialistas de Washington. Buscou-se, desta forma, uma ampla dominação econômica e territorial por parte dos estadunidenses, que relegaram aos latino-americanos uma condição de subdesenvolvimento e ampla dependência econômica (Marini, 2013).

As décadas de 1960 e 1970 significaram um soerguimento nas políticas imperialistas estadunidenses, em consequência da ampla disputa política entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria. Grande parte dos países da América Latina enfrentaram durante esse período repressivas ditaduras militares, que, durante seus momentos finais, viram ascender amplos movimentos de resistência e agitação social (Piva, 2016).

No Brasil, o regime ditatorial instaurado após o golpe cívico-militar de 1964, impulsionado pelo Ato Institucional n.º 2 (AI-2) promulgado um ano depois, extinguiu os partidos políticos existentes. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), hegemônicos entre os movimentos de esquerda e na organização do movimento sindical, foram impelidos à ilegalidade, enfraquecendo diretamente os aparelhos de organização da classe trabalhadora brasileira. Os sindicatos sofreram intervenção e acabaram por se dividir entre aqueles agora dominados pelo regime e aqueles que conseguiram manter sua base dirigente ligada a organizações de esquerda clandestinas (Jakobsen, 2021).

Após a instauração do AI-2, a disputa institucional passou a ser permitida apenas a duas agremiações, o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que abrigava desde opositores liberais ao regime ditatorial à militantes marxistas revolucionários, e o governista

Aliança Renovadora Nacional (ARENA). A censura aos veículos de comunicação e artistas considerados “subversivos” foi disseminada, as acusações de violação aos direitos humanos, de prisões arbitrárias e tortura só aumentavam e as mudanças na legislação trabalhista prejudicavam a vida das camadas populares. As políticas econômicas de industrialização fizeram crescer a economia, mas não distribuíram renda e se submeteram diretamente ao capital internacional, agradando o empresariado e as elites econômicas (Jakobsen, 2021).

No entanto, ao final da década de 1970 a resistência ao regime se fortaleceu, ao mesmo tempo em que as contradições de suas características internas se sobrepuseram. A militância estudantil organizada na União Nacional dos Estudantes (UNE), os católicos progressistas vinculados à Teologia da Libertação e as lideranças que optaram pela luta armada buscavam se organizar e reivindicar seus direitos. O maior expoente prático desse fortalecimento foram os movimentos que se iniciaram pela crescente oposição sindical que passava a se organizar, liderados pelos operários do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, entre eles Luiz Inácio da Silva, o Lula. Como bem demonstra Jakobsen, a força do movimento desses operários sindicalistas, conhecido como Novo Sindicalismo, se consolidava “a partir da evolução da consciência de seus dirigentes” (Jakobsen, 2021, p.16) e foi responsável por impulsionar a organização de diversas outras categorias.

O Novo Sindicalismo, termo cunhado a partir de interpretações que notavam uma ruptura com velhas práticas do movimento sindical pré-1964, hegemônico pelo trabalhismo do PTB, e também pela rejeição a linha política mais moderada adotada pelo PCB, se fortaleceu a partir de suas ações pela base e postura combativa. Buscou tornar a estrutura sindical não um simples aparelho corporativo do Estado, mas um instrumento de organização da classe trabalhadora e de enfrentamento ao regime ditatorial. Marcado pela jovialidade de seus líderes, que haviam sido moldados pela política industrial da ditadura militar, essa nova massa trabalhadora organizada foi responsável por impulsionar uma série de greves no ABC paulista a partir de 1978. Logo,

se tornaram protagonistas da resistência ao regime e passaram a almejar a luta política, iniciando as conversações por um partido composto por trabalhadores. (Santana, 1998).

A crescente insatisfação com o regime ditatorial se intensificou também na Igreja Católica, principalmente no interior das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), da Juventude Operária Católica (JOC) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Isso ocorre devido a grande influência que passa a ter a Teologia da Libertação (TL) no interior do catolicismo como corrente teológica, que possuía direta inserção nos movimentos populares e buscava contribuir para a elevação da consciência crítica em seu meio (Barbosa, 2007). Frei Betto, que foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e era adepto da Teologia da Libertação, estreitava os laços de Lula, de quem era amigo, com a militância católica e o aproximava também de diversos militantes da luta armada que também atendiam as pastorais sociais (Secco, 2015).

O golpe militar de 1964 mudou drasticamente a lógica do movimento estudantil organizado e da militância de esquerda no Brasil. O fracasso do PCB em organizar a resistência ao golpe e a adoção de uma linha política vista por muitos como reformista, de alinhamento ao MDB e de tímido enfrentamento ao regime fez com que diversas organizações rompessem com o partido. Novos grupos políticos passaram, então, a surgir e atuar na ilegalidade, dentro do movimento estudantil ou mesmo na luta armada, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Ação Libertadora Nacional (ALN). Se fortaleceram também grupos trotskistas como a Convergência Socialista (CS), a Liberdade e Luta (LIBELU), e as agremiações Centelha e Ponteio, que após fundidas viriam a formar a Democracia Socialista (DS) (Müller, 2010).

A confluência das forças de esquerda e da classe trabalhadora organizada foram responsáveis por pressionar e enfraquecer substancialmente o regime militar e em 20 de dezembro de 1979, durante o governo de João Batista Figueiredo, o pluripartidarismo foi restabelecido no Brasil. Meses antes, mais especificamente em 1º de maio de 1979, os operários provenientes das Greves do ABC publicizaram

a necessidade da construção de um partido da classe trabalhadora e a *Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores* foi lançada. Através dela, os sindicalistas defenderam o caráter classista do partido ao declararem “O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores (...) que jamais deverão esperar da atuação das elites a solução de seus problemas.” A carta rejeitava também as limitações do PTB e da linha conciliatória do PCB, defendendo a construção de um nova atuação centralizada nas camadas populares.

Um ano mais tarde, em 10 de fevereiro de 1980, era fundado o Partido dos Trabalhadores. O Colégio Sion, escola de classe média localizada na cidade de São Paulo, foi o palco de tal processo ao receber mais de mil pessoas, entre estes estudantes oriundos do movimento estudantil, líderes de movimentos populares, líderes de pastorais, militantes trotskistas, reminiscentes da luta armada, sindicalistas e operários, que viriam todos a se filiar ao novo partido (Secco, 2015). Neste dia, foi redigido e aprovado pelos presentes o *Manifesto de Fundação do PT*. Ao declarar que “queremos um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e seu programa (...) queremos uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas...” o partido destacava seu amplo arcabouço ideológico, sua pretensão de uma organização de massas e sua radical democracia interna, marcada por sua diversidade de ideias. Nasceu, desta forma, o PT.

## 2 As relações internacionais do PT na década de 1980

O advento da década de 1980, marcado nacionalmente pelo acirramento das lutas sociais, pelo enfraquecimento do aparato militar ditatorial e pela fundação de um novo partido com raízes no interior da classe trabalhadora, foi também momento de intensos acontecimentos no cenário internacional. Na América do Sul se fortaleceram os movimentos de resistência às ditaduras militares, notavelmente no Uruguai, na Argentina e na Bolívia, iniciando a gradativa transição democrática em tais territórios. Na América

Central e Caribe se deflagraram agrupamentos revolucionários influenciados pelo sucesso da Revolução Cubana, em especial a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) em El Salvador, e a Unidade Revolucionária Nacional da Guatemala (URNG) em território guatemalteco (Piva, 2016).

A vitória da FSLN e da Revolução Sandinista foi um ponto central na história da América Latina, uma vez que seu triunfo disseminou um amplo sentimento de solidariedade entre as forças progressistas do continente. Daniel Ortega, líder da FSLN, assumiu a presidência da Nicarágua em 1979 e um ano depois fez sua primeira viagem ao Brasil, onde realizou palestras, encontros e um ato de solidariedade pela Nicarágua no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, onde conheceu Lula e o recém-criado Partido dos Trabalhadores. Um ano depois, Lula foi a Nicarágua para a comemoração do primeiro aniversário da revolução, onde estavam presentes Tomás Borge Martínez, fundador da FSLN, Yasser Arafat, líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Fidel Castro, presidente de Cuba, fortalecendo seus laços internacionais e sua postura internacionalista. Pouco tempo depois, Ortega recebeu o título de cidadão paulistano após a atuação da bancada de vereadores petistas em São Paulo. Nas palavras de Marco Antônio Piva:

A vitória da Revolução Sandinista, em 19 de julho de 1979, fortaleceu o interesse e a consciência de que era necessário determinar um projeto para a política externa do PT que, desde a sua fundação, vinha se aproximando da realidade latino-americana como centro de sua atuação. Ao lado da posição pública pelo internacionalismo, a solidariedade foi um elemento importante da primeira fase da política externa petista. Isto influenciou parcelas da opinião pública brasileira e contribuiu para a criação de movimentos solidários à América Central em diversos estados do país (Piva, 2016, p. 56).

Em paralelo, a vitória eleitoral de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América, candidato republicano para as eleições presidenciais de 1980, significou uma guinada conservadora na política externa implementada pela Casa Branca. Até 1985, Reagan não deu continuidade aos tímidos diálogos iniciados por Jimmy Carter, seu antecessor na presidência, com a União Soviética (URSS), acirrando substancialmente a

disputa da Guerra Fria. O território latino-americano se tornou, então, prioridade para Washington. As transições democráticas do Cone Sul não foram reprimidas, mas buscou-se o controle da nova democracia e dos projetos econômicos, marcados pelo advento do neoliberalismo, nesses países, que deveriam permanecer na rota de influência norte-americana. Tal movimento se deu através de uma política que estabilizou a diplomacia, evitando conflitos diretos que pudessem resultar no fortalecimento de organizações marxistas ou em uma relação com o polo soviético. No entanto, o mesmo não aconteceu nas relações com a América Central, uma vez que a crescente influência cubana e nicaraguense foi responsável por disseminar a ânsia pela autodeterminação dos povos e pela soberania nacional (Tonial, 2003).

A atuação do governo Reagan na América Central e no Caribe foi marcada pela hostilidade, apostando na espionagem e em ações militarizadas em Cuba e em Granada. O financiamento de grupos contra revolucionários em El Salvador impulsionou mais de uma década de uma sangrenta guerra civil no país. A íntima relação com os Contra, principal força antagônica ao governo sandinista na Nicarágua, acarretou na aterrorização da população e foi responsável pela morte de centenas de civis. Tais acontecimentos impulsionaram o sentimento de solidariedade internacional crescente entre as forças progressistas latino-americanas, com o PT prestando um importante papel de apoio à Revolução Sandinista. No Brasil, o partido denunciou a agressiva política norte-americana ao ajudar a criar o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS) e até enviando profissionais da saúde para atuarem em território nicaraguense e militantes para auxiliarem nas colheitas de café (Piva, 2016).

Para além da solidariedade latino-americana, às relações internacionais petistas refletiam também sua ampla diversidade interna. Lula, principal liderança do partido, despontou internacionalmente a partir de sua atuação na luta sindical. Quando foi preso durante uma greve em 1980, o metalúrgico recebeu ampla solidariedade internacional de dirigentes e centrais sindicais ao redor do mundo, como a Central Obrera Boliviana (COB), o Plenário Intersindical de Trabalhadores -

Central Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT), maior central sindical uruguaia, e a colombiana Confederación Unitaria de Trabajadores. Tais relações vieram a se consolidar a partir da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical brasileira e diretamente responsável por ampliar as relações do PT com o movimento sindical internacional (Jakobsen, 2021).

Outra força de grande relevância nas relações internacionais petistas foram as agremiações trotskistas que participaram de sua fundação. Como membros da IV Internacional, estes agrupamentos, que posteriormente vieram a atuar como tendências internas do partido, possuíam fortes ligações com outras organizações na Europa e na América Latina. Estes grupos trotskistas não tardaram a estreitar seus laços com o PT e inserir temas importantes da conjuntura internacional no debate interno do petismo. Através destes vieram os primeiros contatos com o Partido Obrero Independente da França (POI) e com o partido argentino Partido Obrero, através dos militantes do "O Trabalho". Concomitantemente, foi criado um convênio entre o PT e o Secretariado Unificado da IV Internacional (SU), sediado na Holanda e mediado pela Democracia Socialista, que ofereceu regularmente cursos de formação política para os petistas (Jakobsen, 2021)

Foi através de sua militância trotskista que o PT veio a se familiarizar com as grandes greves que vinham ocorrendo na Polônia, organizadas pelo movimento sindical Solidariedade e sua principal liderança, o metalúrgico Lech Walesa. Por seu caráter altamente antiburocrático e sua rejeição ao domínio soviético no país, que caracterizavam como totalitário, o movimento sindical polonês era admirado pelos trotskistas e também por outros petistas que viam fortes similaridades na gênese de ambas as entidades. Tal contato também reafirmou a crítica à política soviética que marcou a trajetória inicial petista, que, tal como Walesa e o Solidariedade, pregava a organização da classe trabalhadora e o avanço em sua condição e em seus direitos sem o uso da força e sua eventual burocratização (Jakobsen, 2021).

Já no continente africano, as primeiras relações estabelecidas entre o Partido dos Trabalhadores se iniciaram a partir da atuação de alguns

militantes brasileiros que estiveram exilados, e que retornaram ao Brasil e a ação política trazendo os frutos de seus contatos. Um desses militantes foi Paulo Freire, educador brasileiro e membro fundador do PT, que trabalhou em colônias portuguesas na África, como Guiné-Bissau e Moçambique, e estabeleceu relações políticas com o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). João Paulo Neres, também militante petista, trabalhou em Angola durante seu exílio auxiliando nos debates acerca da reforma agrária. Neres estabeleceu relações com grupos de libertação e emancipação do país, e os trouxe para o debate interno do PT. Porém, tais relações com organizações africanas ainda eram muito tímidas nos anos 80, vindo a aumentar na década de 90 com as relações estabelecidas entre a CUT e o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), maior central da África do Sul (Jakobsen, 2021).

Outrossim, o ano de 1983 trouxe duas importantes novidades para a atuação internacional do PT: a já citada fundação da Central Única dos Trabalhadores e a criação formal da Secretaria de Relações Internacionais (SRI) do partido. A CUT fortaleceu intensamente o movimento sindical brasileiro, criou pontes entre o partido e diversas centrais sindicais ao redor do mundo e veio a organizar a Semana Latino-Americana de Solidariedade e Luta, ao lado de dezenas de lideranças progressistas do continente. Em seu interior, no entanto, o partido ainda não havia formalizado em sua comissão executiva um assento para a atuação nas relações exteriores. Tais relações avançavam através de contatos específicos de lideranças e grupos internos do partido, além da atuação informal do sociólogo Francisco Weffort, responsável principalmente pela relação do PT com partidos social-democratas europeus, como o Partido Socialista (PS) sediado na França, o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e o Partido Trabalhista da Inglaterra (LABOUR). Três anos após sua fundação, o Diretório Nacional do PT oficializa a SRI e sob sua responsabilidade o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh (Jakobsen, 2021).

Gradativamente, o Partido dos Trabalhadores caminhava para o que o jornalista Marco Antonio Piva denominou de “latino-americanismo

petista”. Como demonstra Piva, os primeiros passos das relações internacionais do PT se deram pela ação individual de seus militantes e agrupamentos internos. Esses contatos, em maior grau com partidos e centrais sindicais da América Latina e moldado pela solidariedade latino-americana, passaram a se concretizar enquanto uma agenda político-ideológica a partir da atuação de Greenhalgh na SRI. As relações com partidos social-democratas europeus ou com agremiações trotskistas se mantiveram em maior ou menor grau ao longo do tempo, mas foi a política em torno da integração latino-americana que passou a se sobrepôr (Piva, 2016).

A íntima relação do PT com setores progressistas da Igreja Católica, em sua maioria vinculados à Teologia da Libertação, também contribuiu em larga escala para o aprofundamento desta política latino-americanista no interior do petismo. A profunda ligação da TL com a Revolução Sandinista e o novo governo nicaraguense manteve as fortes relações do mesmo com os católicos petistas, tornando as idas da militância do PT à Nicarágua fato recorrente. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), que possuíam diversos militantes ligados ao PT em seu interior, se espalharam pela América Latina e fortaleceram sua integração, realizando conferências em diversas partes do continente, através da importante atuação do Conselho Episcopal Latino-Americano. Reforçaram, desta maneira, a solidariedade entre os povos latinos, bem como a necessidade da centralidade do combate à fome e a pobreza no debate político (Piva, 2016).

Em seu 3º Encontro Nacional, realizado em São Bernardo do Campo nos dias 6, 7 e 8 de abril de 1984, o PT ressaltou seu apoio à Revolução Sandinista e seu total repúdio às investidas norte-americanas no país, de forma a pressionar para que fosse respeitada a autodeterminação dos povos e a exigência para que cessassem os ataques à Nicarágua. Em sua resolução, destacou: “O III Encontro Nacional do PT expressa sua solidariedade à Nicarágua e aos povos da América Central neste grave momento em que esta nação tem sua soberania atacada econômica, diplomática e militarmente (...) leva seu apoio aos nicaraguenses e dirige-se ao povo norte-americano para que freie a sanha imperialista de

Reagan...” (Resolução 3º Encontro Nacional do PT). Na mesma resolução, o partido prestou apoio às ações do polonês Solidariedade e exigiu a libertação dos presos políticos na Polônia.

O PT, apesar das críticas ao modelo soviético e ao chamado socialismo ortodoxo, estreitou suas relações com Fidel Castro e o Partido Comunista de Cuba (PCC) desde muito cedo. Além do citado primeiro contato entre Lula e Castro no 1º aniversário da Revolução Sandinista, o relacionamento entre os partidos foi facilitado pelo intermédio de alguns militantes da resistência à ditadura militar no Brasil que foram recebidos em Cuba para exílio, obtendo formação política e treinamento de guerrilha, e posteriormente vieram a participar da fundação do PT. José Dirceu conta em sua biografia que: “A chegada a Cuba foi triunfal. Fomos recebidos como revolucionários que éramos (...) O treinamento tinha uma parte teórica...mas quem se esforçasse sairia dali apto a combater.” (DIRCEU, 2018, p. 108). Por intermédio desses militantes, e a intensificação da atuação da SRI, as relações do petismo com Cuba se aguçaram, da mesma forma que seu contato com ideias anti-imperialistas.

Em 1985, foi realizada em Havana, capital cubana, a Jornada Internacional de Luta contra a Dívida, convocada por Castro e atendida por Lula, acompanhado de Luiz Eduardo Greenhalgh e Frei Betto, atores frequentes nas viagens internacionais do líder petista e principais interlocutores com as lideranças latino-americanas. Lula discursou no evento, realçando a plataforma anti-imperialista e de cunho socialista crescente no interior do seu partido, e saiu ovacionado pelos presentes. Pouco tempo depois, Lula e seus companheiros voltaram a Cuba para se reunir com lideranças estudantis, camponesas e do movimento de mulheres. Apesar de sua ainda tímida representação institucional, o PT já demonstrava força e profunda inserção em diversos setores da sociedade brasileira, e pôde a partir disso contribuir para a gradativa retomada das relações diplomáticas entre os governos brasileiro e cubano (Piva, 2016).

Nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 1986, ocorreu em São Paulo o 4º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em que foi

reafirmada a centralidade da luta contra o imperialismo norte-americano e a atuação em prol da solidariedade internacional como dever de cada militante petista. Foram comemoradas a vitória da Revolução do Poder Popular, que provocou a queda do então presidente das Filipinas, Ferdinand Marcos, e a derrota de Jean-Claude Duvalier no Haiti, que foi responsável por implantar um regime de terror durante seu governo. A resolução do encontro destacou que: “Um dos compromissos mais caros ao PT é exatamente a solidariedade com as lutas de outros povos (...) ajudando a denunciar os crimes da ditadura chilena, colaborando nas campanhas de ajuda material à Nicarágua, a El Salvador, etc.”, declarando também: “Devemos incrementar entre os militantes petistas o conhecimento das lutas de libertação e/ou socialistas dos diversos países. Em uma palavra: defendendo os direitos humanos, individuais ou coletivos, onde quer que eles sejam desrespeitados...” (Resolução 4º Encontro Nacional do PT). Desta forma, a pauta internacionalista se fortalecia no interior do PT.

Já em seu 5º Encontro Nacional, realizado em Brasília/DF nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 1987, o PT comemorou a vitória dos trabalhadores poloneses, que rejeitaram o pacote de reformas econômicas proposto pelo governo e que buscava alinhar a economia do país às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na mesma resolução, prestou solidariedade ao povo palestino declarando: “É inadmissível que um povo seja expulso de sua terra e submetido a uma verdadeira condição de sub-raça humana, como faz o sionismo imposto por Israel.” (Resolução 5º Encontro Nacional do PT). Exigiu também a imediata libertação da brasileira Lamia Maruf e reivindicou o status de embaixada ao local de atuação da OLP no Brasil. Ao demarcar: “os trabalhadores e a juventude sul-africana realizam um combate contra o racismo e a dominação capitalista encarnada no Regime do Apartheid (Resolução 5º Encontro Nacional do PT) o partido prestou solidariedade também ao povo sul-africano.

As relações do petismo com organizações do continente asiático não foram tão incisivas como as com latino-americanas e europeias. Os diálogos com a China e o Partido Comunista Chinês (PCCh) foram

inicialmente mediados por Wladimir Pomar, jornalista e notório estudioso da República Popular da China. Delegações do PT chegaram a visitar o país durante o início da década de 1980, mas as relações não pareceram frutificar (Jakobsen, 2021). No entanto, em seu 6º Encontro Nacional, realizado nos dias 16, 17 e 18 de junho de 1989, o PT denunciou o caráter autoritário do governo chinês e a repressão a manifestações que causou a morte de três trabalhadores, declarando que: “A China conta seus mortos, e os trabalhadores de todo o mundo olham estarecidos a barbárie cometida em nome do socialismo ( ...) O PT, que defende o socialismo com liberdade, não poderia se calar neste momento trágico...” (Resolução 6º Encontro Nacional do PT). O PT, desta forma, demarca uma posição crítica ao que considera uma desvirtuação do que seria o socialismo, e se distancia substancialmente do governo liderado pelo PCCh. Deixava abstrato, no entanto, a definição do tipo de socialismo que deveria ser construído, apesar deste ser um elemento que sempre permeou as discussões internas do partido.

Em 1989, os brasileiros se preparavam para escolher seu presidente pela primeira vez em duas décadas, e o PT, a um ano de completar seu 10º aniversário, teria que internalizar as experiências vividas em seus 9 anos de existência para confeccionar um plano de governo e então disputar sua primeira eleição presidencial. A direção nacional do PT, junto a partidos aliados, desenvolveu um plano para a política externa, que será avaliado a seguir, que buscou diluir em suas propostas o amplo convívio internacional estabelecido pelo partido ao longo da década de 1980.

### **3 A campanha presidencial de 1989**

Em seu 5º Encontro Nacional, em 1987, o Partido dos Trabalhadores definiu oficialmente o lançamento do nome de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República. A partir do mote “Brasil Urgente! Lula Presidente!”, o PT denunciava as ações do até então presidente José Sarney, entre estas a subserviência ao FMI, que obstaculizou os investimentos em políticas públicas e no desenvolvimento nacional. Dois anos depois, durante o 6º Encontro

Nacional em 1989, o PT cita o exemplo da política nicaraguense ao estabelecer as táticas para a política de alianças eleitorais para a campanha presidencial ao declarar: “A Nicarágua é um exemplo claro de uma política de alianças que leva à vitória da revolução. A FSLN mantém as alianças diante das agressões do imperialismo e das necessidades concretas de reconstrução do país.” Ademais, ao demarcar “O programa desses partidos contempla os reais interesses das classes e camadas às quais se propunha o estabelecimento de alianças (Resolução 6º Encontro Nacional do PT)”, o PT mostra que as alianças políticas, como na Nicarágua, deveriam ser realizadas a partir do programa político-ideológico, e não se sobrepor ao mesmo.

Desse mesmo debate, surge gradativamente a coligação Frente Brasil Popular, integrada eleitoralmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cuja chapa presidencial incluiu, além de Lula, o desembargador José Paulo Bisol como candidato a vice-presidente, indicado pelo PSB. Desta aliança, é estruturado o programa de governo “Brasil Urgente, Lula Presidente!”, que incluía uma série de princípios ligados à política externa brasileira (PEB) e reafirmava o anti-imperialismo como um de seus pontos centrais. As diretrizes do programa de governo destacavam: “Um governo do PT e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no país, de conteúdo anti-imperialista, anti latifundiário e anti monopolista... um governo hegemônico pelos trabalhadores” (Diretrizes Plano de Governo, 1989) Logo depois, era lançado oficialmente o programa de governo da Frente Brasil Popular.

As propostas para a política externa defendidas neste programa mostravam uma linha política de cunho mais ideológico que prático, denunciando incisivamente as medidas adotadas nas duas décadas de domínio militar, marcadas pelo alinhamento automático às grandes potências, em especial aos Estados Unidos. O PT manifestou seu repúdio às políticas expansionistas e de espoliação praticadas pelas grandes potências ao declarar: “O eixo central da política externa do Governo da Frente Brasil Popular só poderá ser o combate a esse cenário mundial de

espoliação, na busca de uma nova ordem econômica internacional que recuse todos os tipos de dominação imperialista...”(Brasil Urgente, Lula Presidente, 1989, p. 20). Ao demonstrar firmeza na rejeição a blocos econômicos espontâneos com os países mais ricos, o PT imbuía uma radical defesa da auto ingerência das nações sobre seu próprio destino, ao mesmo tempo em que destacava a necessidade de novas parcerias e novos alinhamentos políticos criativos, com o objetivo de gradual superação da ordem capitalista.

**Figura 1: Pontos centrais para política externa defendidos pela coligação “Frente Brasil Popular” durante a campanha de 1989**

- NOSSA SOBERANIA EM OITO PONTOS**
1. Solidariedade irrestrita às lutas em defesa da independência nacional, da liberdade, da democracia e do socialismo;
  2. Apoio a todas as iniciativas reais em defesa da paz, contra a corrida armamentista e pelo desarmamento nuclear;
  3. Luta por uma nova ordem econômica internacional, que liquide as relações de subordinação e dependência da maioria dos países, frente às potências imperialistas;
  4. Defesa de uma política internacional de respeito ao meio ambiente, assumindo a proteção da Amazônia e diretrizes para seu desenvolvimento que acatem a preservação ecológica, ao mesmo tempo em que exigiremos de todos os países, especialmente dos mais industrializados, vigorosas políticas de defesa do meio ambiente;
  5. Propor a integração econômica e cultural da América Latina, assim como a criação do Parlamento Latino-Americano, pela via das eleições diretas, que busque aprofundar as relações de solidariedade entre os povos do continente;
  6. Amplo apoio aos povos da Nicarágua, El Salvador e a todas as iniciativas em favor da paz com soberania, na América Central e no Caribe;
  7. Rompimento de relações diplomáticas com os regimes que pratiquem políticas racistas, como a África do Sul;
  8. Apoio à luta do povo palestino pela criação de seu Estado independente, respeitando a existência de Israel.

Fonte: Brasil Urgente, Lula Presidente, 1989, p. 21.

Concomitantemente, o PT fazia críticas à União Soviética e a China ao apontar que “a repetição de surtos repressivos, que tiveram no massacre de Pequim o mais grave episódio, e as evidências de falta de apoio interno, fazem enfraquecer a confiança na alternativa socialista e dão munição para os apologistas do capitalismo” (Brasil Urgente, Lula Presidente, 1989, p. 20). É interessante perceber que o PT, durante toda a década de 80, rejeitou ambos os pólos centrais da Guerra Fria, e também a crescente influência chinesa, criticando massivamente o expansionismo estadunidense e a burocracia soviética, porém sem negligenciar a defesa de uma nação soberana e igualitária. Atrelado a tais questões, o PT apresentava os oito pontos centrais de sua política

externa alternativa, e são justamente nesses pontos que é possível compreender o profundo enraizamento obtido pelo partido durante sua primeira década de existência, nas causas latino-americanas. Na Figura 1, verificamos os pontos centrais desenvolvidos pelo partido e seus aliados.

Nos pontos acima, o PT não só reafirma a defesa da construção de uma nova ordem econômica internacional, como elabora propostas para que se alcance tal objetivo. Um governo frentista, mas liderado pelos petistas, teria que buscar cimentar o caminho para a construção de uma nação soberana e auto gerente, mas que fosse solidária com a luta de outras nações, fomentando a cooperação em detrimento da competição. Território marcado pela dependência estrutural do capital estrangeiro, a América Latina precisaria, segundo as afirmações do PT, se emancipar e se desenvolver enquanto continente, através de medidas de integração econômica e cultural, para ter força para insurgir contra as investidas imperialistas e abrir caminho para um novo ordenamento internacional.

Praticando a solidariedade que tanto pregava, o PT mais uma vez demonstrou apoio a Nicarágua e a El Salvador após uma difícil década de conflitos internos e externos, marcado pelas duras investidas do governo Reagan. Um novo governo brasileiro deveria, portanto, se reposicionar no cenário político ao lado das nações dependentes em repúdio a violência imperialista, que se recaia de diferentes formas nos diferentes contextos, como na invisibilidade cultural e violência contra o povo palestino, e também no racismo estrutural imposto pelo governo da África do Sul.

Desta forma, é possível compreender que o conjunto das relações estabelecidas internacionalmente pelo PT, bem como sua própria complexidade ideológica e organizativa, propiciaram a gradativa construção de uma identidade internacionalista, pautada pela defesa da autodeterminação dos povos, pela rejeição ao imperialismo norte-americano e pela ampla solidariedade com as lutas das camadas populares e das nações latino-americanas. A defesa do fim da opressão e a busca por novas relações político-econômicas marcou a trajetória inicial petista. A predisposição por uma política “latino-americanista” e de integração continental foi a principal plataforma de seu primeiro

programa para política externa e contribuiu para realçar a defesa da América Latina na esquerda brasileira e abrir caminho para construções futuras.

Lula e a Frente Brasil Popular, depois de uma campanha de massas que ficou marcada na história da Nova República, disputou o segundo turno das eleições com Fernando Collor de Mello, candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) que reuniu apoio de amplos setores das elites econômicas brasileiras, conseguindo alcançar 49% dos votos válidos, contra 44% da candidatura petista, finalizando uma acirrada disputa de forte teor classista. O sonho de comandar a república foi adiado, mas o Partido dos Trabalhadores chegava a um novo momento de sua construção interna com bastante experiência alcançada na década de 1980, principalmente a nível internacional.

#### **4 Considerações finais**

Neste artigo, buscou-se estabelecer a compreensão do histórico da trajetória política do Partido dos Trabalhadores, durante a década de 1980, com especial atenção à construção de suas relações internacionais. Através de seus primeiros contatos internacionais, o PT construiu sólidas relações com distintos partidos e organizações políticas do campo da esquerda na Europa, África e Ásia, porém, como este artigo buscou delimitar, tais relações se deram mais fortemente com as forças progressistas da América Latina e Caribe. Baseadas predominantemente na solidariedade internacional, as relações entre o petismo e a esquerda latino-americana evoluíram gradativamente culminando em propostas para política externa brasileira que foram defendidas pelo partido durante a campanha presidencial de 1989.

Como notado, as pautas primordiais defendidas pelos planos de governo do PT e dos partidos aliados na campanha exposta acima foram a defesa da autodeterminação dos povos, o repúdio às tentativas imperialistas de controle por parte dos Estados Unidos da América do continente latino-americano, a partir do alinhamento automático das nações latinas à sua hegemonia político-econômica, e a defesa da construção da integração regional entre as nações. Tal defesa foi

estabelecida a partir dos motes de cooperação, convivência pacífica, impulso da identidade cultural latino-americana e defesa de um modelo contrário ao neoliberalismo.

As pautas para a política externa defendidas nestas campanhas eleitorais estavam, em maior ou menor grau, em concomitância com as resoluções políticas dos encontros e congressos nacionais do partido, bem como com a linha política adotada a partir dos contatos internacionais realizados, em especial com o Partido Comunista Cubano e com a Frente Sandinista de Libertação Nacional, baseadas na defesa da soberania, da autodeterminação dos povos e pela solidariedade internacional como pilares para a construção da integração latino-americana. Tais movimentações se deram em contraponto às imposições dos centros hegemônicos na geopolítica mundial, em especial aos Estados Unidos, cujo reflexo demonstra uma dependência histórica que se desenvolveu tanto a ponto de relegar o subdesenvolvimento aos países da América Latina.

Em 2003, Lula finalmente chegou à presidência da República após três derrotas eleitorais. O Itamaraty passou a ser comandado por Celso Amorim, e Marco Aurélio Garcia foi nomeado assessor especial da presidência da República para Assuntos Internacionais. É importante destacar que a política externa brasileira sob o governo lulista manteve um princípio histórico de diplomacia, característico das relações internacionais brasileiras. Como destacam os especialistas em Relações Internacionais Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni, um conceito importante para a compreensão da atuação internacional do Governo Lula é o da “autonomia pela diversificação” (Cepaluni, Vigevani, 2016).

Nesse sentido, o Governo Lula manteve relações com potências hegemônicas em assuntos específicos, sempre a partir das necessidades brasileiras, mas com foco maior na construção de relações com países sul-americanos. A busca por um equilíbrio dentro da perspectiva de livre-comércio, sem rejeição, e o tom comedido nas críticas às atuações dos Estados Unidos também prevaleceram. A defesa do multilateralismo foi um ponto significativo da política externa brasileira liderada por Lula, mas sem radicalidade política, nem destoante de discursos e ações de

governos anteriores na área. A busca pela diversificação nas relações, a defesa da autonomia e da diplomacia e as relações sem muitos confrontos com o centro hegemônico marcaram, desta forma, a política externa no Governo Lula.

## Referências

- BARBOSA, Imerson Alves. **A esquerda católica na formação do PT**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, SP, 2007.
- CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- DIRCEU, José. **Zé Dirceu: Memórias**. São Paulo: Geração Editorial. 2018. v. 1.
- JAKOBSEN, Kjeld A. **A política externa do Partido dos Trabalhadores (PT): Trajetória da construção da política externa ativa e soberana**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2013.
- MULLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. Tese - (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo. 1979. Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto da Fundação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo. 1980. Disponível em: <https://pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partidodostrabalhadores/> Acesso em 10 nov 2022.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Moção Política do 3º Encontro Nacional do PT**. São Paulo. 1984. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/03-1984.mocao\\_.III\\_.EN\\_.PT\\_.pdf](https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/03-1984.mocao_.III_.EN_.PT_.pdf) Acesso em 12 nov. 2022.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resolução Política do 4º Encontro Nacional do PT**. São Paulo. 1986. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-planodeacaopolitica.pdf> Acesso em 28 nov 2022.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Moção Política do 5º Encontro Nacional do PT**. Distrito Federal. 1987. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/03-1987.mocao\\_.V.EN\\_.PT\\_.pdf](https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/03-1987.mocao_.V.EN_.PT_.pdf) Acesso em 02 dez. 2022.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resolução Política do 6º Encontro Nacional do PT**. São Paulo. 1989. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas\\_0.pdf](https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf) Acesso em 01 dez de 2022.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores**. Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-democracia.pdf>

Acesso 08 dez 2022.

PIVA, Marco Antonio. **A revolução Sandinista e a política internacionalista do Partido dos Trabalhadores para a América Latina na década de 1980**. 2016. Tese (Doutorado em Integração da América Latina). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2016.

SANTANA, Marco Aurélio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. **Revista de Sociologia e Política**, n. 10-11, p. 19-35, 1998.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

TONIAL, Marcos Paulo. **A política externa de Reagan e a redemocratização da América Latina (1981-1988)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.

## Sobre o autor

**Nicholas de Souza Manhães**  

Estudante de História no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Estagiário do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.

Email: [nicholassmanhaes@gmail.com](mailto:nicholassmanhaes@gmail.com)

## Histórico

Recebido em: 15/02/2023. Aprovado em: 13/09/2023. Publicado em: 10/05/2024.